



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (31/05) a Quinta-feira (06/06)

Manchetes

MPF: 7ª Câmara instaura procedimento para acompanhar os trabalhos da força-tarefa de intervenção penitenciária no Amazonas

Estadão: Para 'prevenir violações', Procuradoria fiscaliza força-tarefa de intervenção penitenciária no Amazonas

UOL: Auditoria aponta presos dando ordens em cadeias terceirizadas no Amazonas

Ponte: Privatização de presídios em SP segue modelo de unidades onde massacres deixaram 111 mortos

Brasil de Fato: Pastoral Carcerária e familiares denunciam maus-tratos em presídios amazonenses

Poder 360: Fundo federal para penitenciárias tem menor orçamento da série histórica

G1: Brasil teve 65,6 mil assassinatos em 2017, revela Atlas da Violência; número é maior que o divulgado pelas autoridades de segurança

A Pública: Governo federal fechou R\$ 140 milhões em contratos sem licitação para a intervenção no Rio

Ponte: 'O Estado tem que dar conta das nossas existências no cárcere', diz integrante de associação LGBTI

MPF: Veja íntegra de evento sobre direito à identidade de gênero no sistema prisional

Síntese das notícias

7ª Câmara instaura procedimento para acompanhar os trabalhos da força-tarefa de intervenção penitenciária no Amazonas: A Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal (7CCR/MPF) instaurou procedimento administrativo de coordenação para acompanhar os trabalhos da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) no Estado do Amazonas. Além de fiscalizar a FTIP, o MPF vai atuar de forma coordenada para prevenir violações de direitos humanos das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do estado. Em ofício enviado ao diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Fabiano Bordignon, o coordenador da 7CCR, subprocurador-geral da República Domingos da Silveira, requisita informações sobre o plano de atuação e unidades em que a FTIP atuará, além do número de agentes por unidade, coordenadores responsáveis e escalas de trabalho dos agentes. (04/06/2019)



Auditoria aponta presos dando ordens em cadeias terceirizadas no Amazonas:

Palco de duas rebeliões em dois anos, o sistema prisional do Amazonas foi descrito como em "frangalhos". A morte de 111 pessoas nesses confrontos contrariou todas as expectativas geradas em 2003 pela terceirização de parte do sistema. Auditoria a que o UOL teve acesso mostra que os detentos mandavam e os funcionários obedeciam nesses presídios - alguns dos mais caros do Brasil. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TEC-AM) e o Tribunal de Contas da União (TCU) auditaram por sete meses (de março a outubro de 2017) os presídios onde 56 pessoas morreram após a maior rebelião do estado, ocorrida em janeiro de 2017. Fonte: **UOL. (06/06/2019)**

Privatização de presídios em SP segue modelo de unidades onde massacres

deixaram 111 mortos: Reportagem da **Ponte** narra críticas aos projetos de lei (PLs) que privatizam unidades prisionais de São Paulo e Rio de Janeiro. A advogada criminal Priscila Pâmela, presidenta da Comissão de Polícia Criminal e Penitenciária da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) informa que o ponto central do projeto de privatização deveria ser diminuir gastos com presos, o que não foi apresentado durante audiência pública em São Paulo para discutir os termos do edital, no último mês. "Temos os dados de que São Paulo gasta atualmente R\$ 1,5 mil por pessoa encarcerada e, segundo a Pastoral Carcerária, isso deve subir para aproximadamente R\$ 4,7 mil com a privatização. Não faz sentido". Para a antropóloga Natasha Neri, integrante da Frente pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro, a crise do encarceramento em massa nos presídios do RJ tende a piorar com a privatização desses espaços. "Sabemos que a roupagem é de fazer o preso uma mercadoria", diz. Uma das empresas que foi representada durante a audiência pública em São Paulo é a Umanizzare, responsável por quatro unidades onde 111 presos morreram nos últimos 2 anos e 5 meses. **(03/06/2019)**

Pastoral Carcerária e familiares denunciam maus-tratos em presídios amazonenses:

A Pastoral Carcerária e familiares de vítimas do massacre que ocorreu semana passada em quatro presídios do Amazonas denunciaram na última segunda-feira (3) que os presos sofriam maus-tratos e descaso por parte da direção das unidades. "As mortes não acontecem num contexto de briga de facções, mas de violações de direitos muito graves dentro dos presídios", afirma Luiza Cytrynowicz, advogada da Pastoral Carcerária, em entrevista à **Rádio Brasil de Fato**, lembrando o assassinato de 56 homens nos cárceres



amazonenses. A advogada visitou o Complexo Anísio Jobim (Compaj), em Manaus (AM) e relatou o descaso do poder público com a situação dos presos. Familiares denunciaram ao jornal que os presos recebem comida estragada e são vítimas de agressões físicas.

(04/06/2019)

Fundo federal para penitenciárias tem menor orçamento da série histórica: Os recursos reservados no Orçamento de 2019 para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) são os menores da série histórica, iniciada em 2001. Neste ano, R\$ 353 milhões estão autorizados. No ano passado, foram R\$ 911 milhões. Em 2016, o montante chegou a ser de R\$ 2,8 bilhões. Os dados são de levantamento feito pela associação Contas Abertas. Além da queda nos valores reservados, o levantamento aponta também para um problema adicional: a subutilização das verbas pelos Estados. Até segunda-feira (27) apenas 15% (R\$ 53 milhões) do total autorizado para o ano tinham sido efetivamente pagos. De 2001 a 2018, R\$ 15,1 bilhões foram autorizados. No entanto, apenas R\$ 7,4 bilhões foi, de fato, utilizados. Fonte: **Poder 360. (31/05/2019)**

Brasil teve 65,6 mil assassinatos em 2017, revela Atlas da Violência; número é maior que o divulgado pelas autoridades de segurança: O Brasil teve 65.602 pessoas assassinadas em 2017. É o que revela o Atlas da Violência, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e publicado nesta quarta-feira (5). O número indica o registro de 1.707 mortes a mais que o divulgado pelo próprio fórum em seu anuário, que tem como base os dados das secretarias da Segurança. Os dados do Atlas são do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde. Trata-se do maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país, que atingiu uma taxa de 31,6 mortes violentas para cada 100 mil habitantes. Fonte: **G1. (05/06/2019)**

Governo federal fechou R\$ 140 milhões em contratos sem licitação para a intervenção no Rio: Onze empresas privadas de segurança e tecnologia nacionais e internacionais assinaram cerca de R\$ 140 milhões em contratos sem licitação com o governo brasileiro, todos destinados à intervenção federal no Rio de Janeiro. O valor — resultado de um levantamento inédito da **Pública** — foi contratado pelo governo federal sob a justificativa de que era preciso pôr em prática ações emergenciais de curto prazo no



estado. A intervenção no Rio foi decretada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB) em fevereiro de 2018, teve início já no mês seguinte e seguiu até dezembro. Com cerca de R\$ 46 milhões contratados, a empresa que mais irá receber do governo federal é a austríaca Glock, famosa pela produção de pistolas usadas por polícias e forças armadas de diversos países. (31/05/2019)

‘O Estado tem que dar conta das nossas existências no cárcere’, diz integrante de associação LGBTI: O Colóquio “O Direito à Identidade de Gênero no Sistema Prisional” do Ministério Público Federal, que aconteceu no último dia 28 em São Paulo, teve como um dos pontos centrais o debate sobre em quais unidades prisionais pessoas trans devem cumprir pena. Em entrevista à **Ponte**, Bruna Benevides, secretária de comunicação da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), defende que pessoas trans decidam em qual unidade prisional querem cumprir pena. “O Estado tem que se adequar as outras possibilidades, inclusive reconhecendo como legítima a nossa existência”, salienta. As recentes decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) em ações que discutem direitos de pessoas trans e a institucionalização da LGBTfobia também foram discutidas no colóquio. (01/06/2019)

Veja íntegra de evento sobre direito à identidade de gênero no sistema prisional: Estão disponíveis na [TV MPF](#) os vídeos com a íntegra do colóquio “O direito à identidade de gênero no sistema prisional”. O evento ocorreu na sede da Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR3) e reuniu representantes da comunidade LGBTI e da sociedade civil, advogados, defensores públicos, especialistas e pesquisadores, membros do Ministério Público e do Judiciário para discutir o tema. A íntegra dos debates está disponível no canal da PRR3 na TVMPF, [acesse aqui](#). (31/05/2019)